



Impresso Especial
99145-7/2007-DR/SC
ALESC
CORREIOS

ED. 378

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PARLAMENTARES INCLUEM 63 EMENDAS NO PPA

Revisão do Plano Plurianual amplia recursos para infraestrutura e políticas públicas para educação e saúde



SONON SOARES

Os deputados aprovaram, na sessão ordinária do dia 8, o Projeto de Lei 329/10, do Executivo, com a revisão do Plano Plurianual para o exercício de 2011. Além das 18 emendas acatadas pelo relator, deputado Marcos Vieira (PSDB), os parlamentares também aprovaram outras 45 propostas.

Entre elas, as emendas que destinam R\$ 5 milhões para investimentos na Ferrovia da Integração Sul (Ferrosul), pleiteada pelo deputado Pedro Uczai (PT), e R\$ 13 milhões para implantação da Barragem do Rio do Salto, de autoria da deputada Ada Faraco de Luca (PMDB), beneficiando a comunidade de Areia Branca, no município de Timbé do Sul.

O PPA estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública.

Na reta final dos trabalhos do segundo semestre de 2010, deputados dão sinal verde para 68 matérias de origem parlamentar e também do Executivo

PÁGINA 7

APROVADOS

PEDÁGIO LIVRE PARA AMBULÂNCIAS

PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PRÓSTATA

ISENÇÃO DA 2ª VIA DE DOCUMENTO

PÁGINA 6

COMISSÃO DE SAÚDE VISTORIA HOSPITAL FLORIANÓPOLIS



SONON SOARES

Fechado há um ano para reformas, hospital tem instalações fiscalizadas

MUDANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL PREOCUPA EDUCADORES



FÁBIO QUEIROZ

Audiência pública debate ampliação da educação básica para nove anos

PÁGINAS 4 E 5



UMA LEGISLATURA EM FAVOR DE SC

O final da legislatura nos remete à reflexão sobre o balanço da atuação parlamentar e ações que desenvolvemos em benefício dos catarinenses. É certo que essa Assembleia Legislativa garantiu o devido suporte para aprovar leis que asseguraram o desenvolvimento do Estado, que a cada dia se consolida como pólo de desenvolvimento no país. No meio rural, com o qual tenho profunda identidade, demonstramos a necessária condição hegemônica ao aprovar o Código Ambiental, modelo para a revisão da legislação pertinente no plano nacional.

Consolidamos, também, uma eficiente proposta de administração descentralizada, com a qual ordenamos de modo mais harmonioso a transferência de recursos a todas as regiões, com ênfase no atendimento de pleitos municipais. Pessoalmente, somente este ano, colaborei para a descentralização de aproximadamente R\$ 50 milhões, destinados a várias

comunidades. Na infra-estrutura, posso citar obras de pavimentação em Seara, Jaborá e Piratuba, o trevo da SC-283 em Concórdia, bem como o balizamento do aeroporto daquele município, que permite operações noturnas.

Trabalhamos pela descentralização da Udesc, que vai chegar ao meio-oeste, pela renovação de equipamentos para a rede pública de saúde, por novas instalações e aumento de efetivo na segurança pública, pela melhoria da rede estadual de ensino e investimentos no abastecimento de água e em saneamento básico. Ainda na agricultura, uma atuação intensiva, de vários anos, volta a abrir mercados internacionais para a suinocultura do oeste. São ações que nos fazem acreditar na possibilidade de Santa Catarina crescer ainda mais.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (PMDB)



SANTA CATARINA SEM TROTES

Na história recente, muitas famílias permaneceram atentas as notícias a respeito das "boas vindas" aos calouros. Aquilo que deveria ser uma grande confraternização, em muitos casos se tornou ocasião de maus tratos, tortura física e mental e mortes. A vitória do recém formando do ensino médio, celebrada com a aprovação no vestibular, era momento de dor e angústia.

Se iremos presenciar no Brasil atrocidades como esta, poderemos ter certeza de que não será em Santa Catarina. A família continuará uma instituição intocável e permanentemente assegurada em nosso estado. A Assembleia Legislativa catarinense deu um basta na prática covarde do trote violento, abrindo nossas instituições públicas e privadas a uma era de tranquilidade e de respeito aos nossos filhos.

O nosso calouro poderá sair da casa de seus pais e ingressar nas

universidades catarinenses sem receio, sem medo e certo de que o Estado o protege de qualquer mau que possa ocorrer nos centros de ensino superior. Nosso universitário, futuro do desenvolvimento e crescimento de nosso país, poderá cursar tranquilamente o seu curso desde o primeiro dia, porque não haverá mais cenas de maus tratos nos corredores nas universidades de Santa Catarina.

Celebraremos a partir de agora momentos de grande alegria, de satisfação em comemorar com nossos jovens o seu ingresso ao tão sonhado curso superior, mostrando que seremos sempre um estado que sabe bem receber seus visitantes e, principalmente, aqueles que escolheram estudar nas universidades catarinenses.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (PSDB)

TVAL CONQUISTA MENÇÃO HONROSA

A reportagem "ICMS Microcervejarias", produzida pela equipe da TVAL, recebeu menção honrosa na categoria Mídia Eletrônica do Prêmio Sistema FIESC de Jornalismo. O anúncio foi feito pela comissão julgadora do prêmio no dia 6. "ICMS Cervejarias" integra o programa Seu Direito, que estreou neste ano na TVAL.

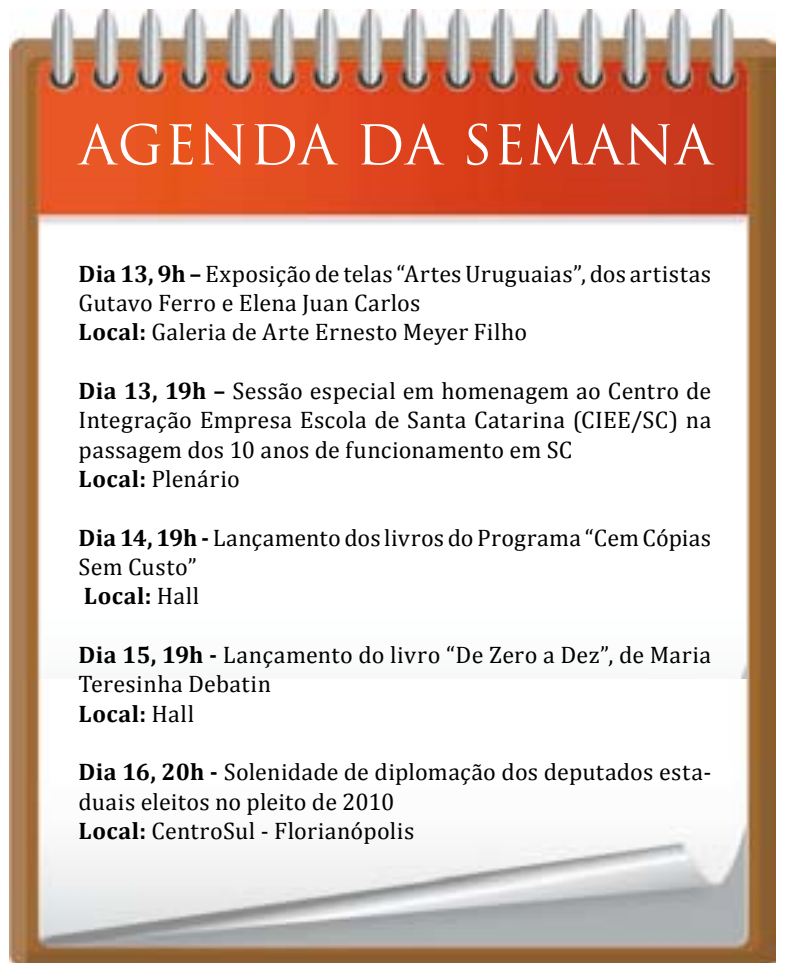
A produção é assinada pela jornalista Maria Helena Sárís ao lado do cinegrafista Nilson Espíndola, com a produção de Diego Vieira Souza e apresentação da jornalista Suelen Costa. O prêmio foi criado em 1985 para reconhecer o trabalho dos profissionais de comunicação social na pesquisa, divulgação de dados e reportagens enfocando a indústria catarinense.

PALESTRA COM PSICOTERAPEUTA

A Escola do Legislativo em parceria com a Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa realizou no período noturno do dia 9, no Auditório Antonieta de Barros, palestra com o médico psicoterapeuta Flávio Gikovate. Desde 1966, quando se formou médico psiquiatra pela USP, seus livros, 29 publicados, já venderam quase 1 milhão de

exemplares.

Ele é conhecido por abordar de forma original, sem subtrair a importância teórica do seu trabalho, as questões e problemas que afligem os relacionamentos pessoais e interpessoais, como inseguranças e dúvidas relativas ao amor, aos relacionamentos, às cobranças da sociedade e às próprias cobranças pessoais.



AGENDA DA SEMANA

Dia 13, 9h - Exposição de telas "Artes Uruguaias", dos artistas Gutavo Ferro e Elena Juan Carlos
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho

Dia 13, 19h - Sessão especial em homenagem ao Centro de Integração Empresa Escola de Santa Catarina (CIEE/SC) na passagem dos 10 anos de funcionamento em SC
Local: Plenário

Dia 14, 19h - Lançamento dos livros do Programa "Cem Cópias Sem Custo"
Local: Hall

Dia 15, 19h - Lançamento do livro "De Zero a Dez", de Maria Teresinha Debatin
Local: Hall

Dia 16, 20h - Solenidade de diplomação dos deputados estaduais eleitos no pleito de 2010
Local: CentroSul - Florianópolis

Mesa



Presidente: Gelson Merisio (DEM)

1º Vice-Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Barbatto (estagiário).

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães

Fotografia: Aionara Preis Gabriel (estagiária), Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luck (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária), Marcel Melo Vieira (estagiário) e Patrícia Schneider de Amorim

Clipagem: Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer, Regina Rosa (estagiária) e Simone M. Alves

CAMPANHA ENSINA A COMBATER CORRUPÇÃO

Seminário na Universidade Federal de Santa Catarina recomenda população a adotar conduta ética no dia a dia

LISANDREA COSTA

O Dia Internacional de Combate à Corrupção, celebrado em 9 de novembro, foi destacado em evento realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A solenidade foi organizada pela Comissão de Ética da universidade, em parceria com o Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Corregedoria Geral da União (CGU) e outras entidades. O encontro ofereceu uma palestra com o promotor público, Afonso Ghizzo Neto, e uma mesa-redonda sobre o tema. Ghizzo Neto é idealizador da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", que tem diversos parceiros, entre eles o Parlamento Estadual.

Na abertura do evento, o reitor da UFSC, Álvaro Toubes Prata, enfatizou a importância do envolvimento da instituição com esse tema, uma vez que a educação é a base para a conduta ética. "A maioria de nós pensa na corrupção como algo distante, mas precisamos olhar para nós mesmos. O que podemos fazer para combater a corrupção no nosso dia a dia?" Na mesma linha, o professor Paulo Roney Ávila Fagundes lembrou que "apontamos o dedo para os políticos porque eles estão na vitrine, mas a ética é algo do cotidiano". Para ele, uma sociedade que se pretende democrática precisa refletir sobre o sentido da ética e resgatar valores.

O promotor Alexandre Medeiros da Fontoura Freitas, coordenador do projeto "O que você tem a ver com a corrupção?" no âmbito do Ministério

Público do Trabalho, considerou a realização do evento na universidade muito pertinente, porque a juventude é um dos focos principais da campanha. "A educação voltada para a cidadania é uma maneira de promover mudanças de comportamento."

O que se pode fazer para combater a corrupção, na prática, foi uma das reflexões estimuladas na palestra do promotor Ghizzo Neto. Ele disse que é difícil abordar o combate à corrupção sem ser hipócrita e que o terreno da ética é o das práticas e dos bons exemplos. Conforme o palestrante, no Brasil prevalece uma cultura patrimonial (do "jeitinho"), que é reproduzida por todos, não apenas pelos representantes políticos. E na cultura do "jeitinho", prevalece o interesse individual sobre o coletivo.

"Da pequena para a grande corrupção, as únicas diferenças são a quantidade e a oportunidade. Os atos são os mesmos", enfatizou Ghizzo Neto. Ele citou a filósofa Hannah Arendt para explicar que "a aceitação do mal menor é a legitimação do mal maior". A educação, a informação e os bons exemplos são, na opinião do promotor, alguns instrumentos para promover uma nova postura e promover uma mudança cultural.

A discussão teve continuidade em uma mesa-redonda com o professor de Filosofia Denilson Luis Werle, o chefe da Controladoria-Regional da União em SC, Marcelo Campos da Silva, e a promotora Marina Modesto Rebelo, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa do MPE.



Idealizador da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?" prega a educação como prática preventiva

LIVRO DESTACA OS DESAFIOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

As transformações e os benefícios que uma relação mais estreita com outros países tem trazido a Santa Catarina é tema do livro "Santa Catarina nas Relações Internacionais – Desafios da Assembleia Legislativa de Santa Catarina no Cenário Internacional. De caráter inédito no país, a obra lançada no dia 8 reúne 14 artigos científicos produzidos por professores e especialistas em Direito Internacional e Integração Regional, com foco na atuação do Legislativo catarinense.

Um dos organizadores da obra, o professor doutor Arno Dal Ri Júnior, revelou que a ideia de realizar o livro surgiu de um projeto de pesquisa da UFSC voltado à análise de Direito Internacional. A ideia era estudar as relações internacionais de Santa Catarina por meio dos arquivos da Assembleia Legislativa, tais como relatórios de viagens, textos e entrevistas. "A intenção é que a

obra se constitua em importante instrumento de pesquisa à todos aqueles que busquem subsídios para o estudo dessa temática específica, como estudantes, agentes públicos e integrantes do corpo diplomático brasileiro", disse.

Para Arno, a diversidade étnica e econômica de Santa Catarina, de destacada vocação exportadora, fizeram com que o estado assumisse naturalmente um relacionamento maior junto à entidades internacionais do que outras unidades da federação. Tal postura, conforme o professor, foi inicialmente alvo de críticas e questionamentos por parte de órgãos como o Itamaraty, responsável por intermediar as relações entre o Brasil e as demais nações. "Constitucionalmente, essa competência é do Poder Executivo Federal, mas essa visão vem sendo encarada cada vez mais com mais flexibilidade", frisou.

Tendo em vista o grande volume

de material a coletado, o grupo de pesquisadores não descarta a edição de um segundo livro, abordando os novos acordos internacionais formalizados pelo Legislativo catarinense.

Na condição de representante do presidente da Casa, deputado Gelson Merisio (DEM), o deputado Gilmar

Knaesel (PSDB) lembrou das primeiras investidas do Legislativo no cenário internacional, como os acordos e visitas protocolares à China e Itália, ainda nos anos de 1996 e 1997. "Vemos que novas fronteiras foram alcançadas e colhemos os frutos da divulgação internacional na forma de investimentos e acordos culturais",

afirmou. Impressa em capa dura, com 308 páginas e ilustrado, a obra não está sendo comercializada. Os primeiros mil volumes estão sendo distribuídos a autoridades, pesquisadores e estudantes de Direito e Relações Internacionais. Versão on-line, no endereço eletrônico www.alesc.sc.gov.br (biblioteca virtual).



Deputado Gilmar Knaesel, ao centro, com os autores do livro lançado no último dia 8

VISTORIA NO HOSPITAL FLORIANÓPOLIS



Deputada Ana Paula participa da fiscalização no hospital e constata irregularidades na reforma do prédio, que deveria ter sido concluída em setembro

TATIANI MAGALHÃES

O atraso nas obras do Hospital Florianópolis, fechado há um ano para reforma, que deveria ficar pronta em setembro deste ano, motivou a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa a promover uma vistoria no local com representantes do Sindprevs/SC, SindSaúde, Ministério Público, Associação de Amigos do Hospital Florianópolis, Câmara Municipal de Vereadores e Vigilância Sanitária. Realizada na manhã do dia 9, o grupo percorreu por mais de três horas as dependências do hospital, inclusive o setor de emergência, único que continua em atividade.

Na condição de membro da comissão, a deputada Ana Paula Lima (PT), que esteve à frente da visita,

ressaltou que foram constatadas irregularidades nos setores já reformados que precisam ser corrigidas antes da entrega da obra prevista para abril. "Detalhes como teto baixo, altura de pia inadequadas e má ventilação foram pontos visíveis que precisam de reparo", frisou.

Segundo a parlamentar, além da vistoria da obra, ficou evidenciado que o setor de emergência não pode continuar prestando serviços até abril nas condições em que se encontra.

"Entre os problemas da emergência vimos que os pacientes de meningite e tuberculose dividem o mesmo espaço no local de espera. Diante deste agravante, estamos encaminhando um documento para o secretário Estadual de Saúde solicitando que ocorra uma fiscali-

zação com técnicos especializados para que as irregularidades sejam reparadas antes da entrega da obra, além de questionar se a previsão de entrega se mantém confirmada para abril", informou.

AUDIÊNCIA

Durante a vistoria, o representante do Sindprevs/SC, Valmir Braz, lembrou que o Hospital Florianópolis é um hospital público e merece uma atenção melhor. "Estamos aguardando o fim da reforma, mas não podemos deixar de fiscalizar para que o hospital seja entregue em condições de pleno atendimento à sociedade. Atualmente não possui uma UTI e atua apenas como um ambulatório. Isso é inaceitável", denunciou.

os profissionais da enfermagem", frisou.

Segundo a doutora Maria Itayara Coelho, o trabalho de pesquisa do Gehces, realizado desde 1995, resgata a história da enfermagem brasileira pré-profissional, a história das várias especialidades que compreendem as terapias implementadas nos diversos campos de conhecimento de enfermagem, discussões sobre a política de educação e institucionalização do ensino de enfermagem e a construção da identidade profissional da saúde. "Além disso, o grupo também tem por objetivo preservar a memória da enfermagem brasileira a partir da construção de um acervo

de documentação escrita e fontes iconográficas", lembrou.

Na ocasião, a coordenadora da Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Flávia Ramos, revelou que o sucesso e as conquistas do grupo de pesquisa se devem a postura adotada pelo Gehces, que sempre esteve aberto a novas ideias e profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento do setor. Já a professora e chefe do Departamento de Enfermagem, Maria Emilia de Oliveira, a dedicatória dos profissionais de saúde, em especial os enfermeiros, que muitas vezes trabalham em situações e jornadas de trabalhando inaceitáveis,

Na ocasião, a presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde (SindSaúde), Edileuza Garcia Fortuna, acrescentou que o prazo de entrega das obras precisa ser respeitado, pois muitos moradores da região da grande Florianópolis necessitam do atendimento desta unidade.

As recentes denúncias que apontam a infraestrutura precária do Hospital Florianópolis, entre outros problemas, foram tema da audiência pública promovida pela Comissão de Saúde na manhã do dia 7 no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright.

Durante o encontro, medidas foram apresentadas com a intenção de resolver a situação do hospital, que faz parte da rede pública estadual e proporciona atendimento à população de toda a região.

é fundamental para que a classe continue estimulada ao trabalho e acreditando em dias melhores.

Após os pronunciamentos, foram proferidas três palestras "Compartilhando lembranças da prática e do cuidado de Enfermagem de uma época em Santa Catarina (1956-1963)" ministrada por Ottilie Hammes, "Uma viagem no tempo - Vivenciando ter sido enfermeira e professora do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (1963-1992)", por Nelcy Terezinha Mendes, e "A importância da Pesquisa Histórica e a produção de conhecimento para fortalecimento da profissão de Enfermagem", por Lygia Paim.

MUDANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL PREOCUPA EDUCADOR

Com objetivo de elevar nível global da educação no país, lei amplia para nove anos a escolaridade básica no país

A implantação do novo currículo de nove anos no ensino fundamental em Santa Catarina pode comprometer a matrícula de alunos na 5ª série nas escolas da rede pública estadual. A constatação é de representantes do Sindicato dos Profissionais em Educação de Santa Catarina (Sinte-SC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Associações de Municípios e vários vereadores de municípios catarinenses.

Eles participaram de audiência pública promovida dia 7 pelo presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, deputado Pedro Ucai (PT), e reivindicaram a manutenção do sistema de nove anos até que o novo currículo seja implantado integralmente.

A ampliação do Ensino Fundamental nas escolas de todo o país, de oito para nove anos, foi estabelecida pela Lei Federal 11.274/06. Ela também reduz a idade obrigatória para a matrícula, de sete para seis anos de idade. Entre os objetivos da lei está a elevação global do nível de escolaridade da população.

Em Santa Catarina, os primeiros alunos a ingressarem no sistema de 9 anos foram os que iniciaram o 1º ano (1ª série) em 2007.

Em 2011, as séries iniciais pas-



Promovida pela Comissão de Educação, audiência pública reúne representantes do Sinte, CNTE, associações de municípios e vereadores

irão de quatro para cinco anos, enquanto os alunos das séries finais continuarão seu curso frequentando da 6ª a 8ª série, até que o sistema de nove anos seja implantado na inte-

gra, o que deve ocorrer em 2015.

O Sindicato dos Profissionais em Educação do Estado de Santa Catarina (Sinte) vê como positivo o sistema, mas questiona a forma

com que sua implantação ocorre no Estado. Na avaliação da coordenadora geral do Sinte, Alvine Bedin, um dos problemas é que o governo do Estado interrompeu o sistema de

oito anos, o que teria provocado um vácuo na oferta da 5ª série. Como a maioria dos municípios oferece apenas as séries iniciais de 1ª a 4ª série, os alunos estão sem a garantia da

matrícula em 2011 na 5ª série nas escolas públicas estaduais.

Uma das conseqüências apontadas pelos professores é que parte dos 75 mil alunos que frequenta a 5ª série do estado estaria sendo aprovada automaticamente para viabilizar a adequação do sistema. A secretária de Estado da Educação foi convidada para participar da audiência pública, mas ninguém compareceu.

Para o deputado Pedro Ucai, o método de implantação do currículo de nove anos pelo governo do Estado é uma forma de pressionar os municípios a assumirem o Ensino Fundamental.

"A municipalização do ensino fundamental já foi objeto de audiências públicas na Assembleia e criticada pela comunidade escolar, prefeitos, secretários municipais de educação e entidades municipalistas, pelo impacto negativo que ela causaria na qualidade da educação, na carreira dos professores e nos cofres dos municípios. Essa mobilização inclusive fez o governo retirar o projeto. Agora, lamentavelmente o governo tenta municipalizar o ensino de forma camuflada, com implantando o currículo de nove anos", disse o deputado Pedro Ucai. (Vagner Dal Bosco)

PROBLEMAS NOS MUNICÍPIOS

Além de professores de várias regiões do estado, a audiência contou com pais de alunos e vereadores de diversos municípios que manifestaram preocupação com o impacto para os alunos e professores. Um deles foi o vereador Adilson Mariano, de Joinville. Ele disse que no maior município do Estado turmas do período noturno estão sendo fechadas e prejudicando os trabalhadores que não têm outro horário para estudar. "Estamos em um processo cujo Estado visa sucatear ainda mais a educação", disse Mariano.

A vereadora e deputado estadual eleita, Luciane Carminatti, argumentou que a situação revela falta de planejamento de secretaria de Estado da Educação, e cobrou explicações do governo do Estado. Ela exemplificou que quando foi secretária de Educação do município de Chapecó também propôs a implantação

do currículo de nove anos, mas que houve um grande debate pedagógico com professores e a comunidade escolar sobre a grade curricular, o número de alunos por sala e a manutenção dos direitos do professor. "Essa situação demonstra o grau de preocupação com que a situação deve ser tratada", afirmou Luciane.

Entre as decisões da audiência pública, está a criação de um Fórum de discussão, que nos próximos dias irá elaborar um documento contendo as posições manifestadas na audiência pública e reivindicando que o governo do Estado reveja o método de implantação do novo sistema, garantindo a matrícula dos alunos. O documento será encaminhado para prefeituras, Câmaras de Vereadores, entidades da área de educação e municipalistas, governo do Estado e o Ministério Público.



Para deputado Pedro Ucai, implantação da mudança é forma de pressionar municípios a assumirem o Ensino Fundamental

Vereadora de Chapecó e deputada estadual eleita, Luciane Carminatti lamenta falta de planejamento para mudança e cobra respostas do governo para o problema



MICROFONE



Odete: ajuda ao magistério

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Pedro Ucai (PT), encerrou, dia 7, as atividades de 2010 com aprovação de projetos de lei e ofícios.

Entre os projetos, foi aprovado o PL nº 309/08, da professora deputada Odete de Jesus (PRB), que autoriza o Executivo a adotar nas escolas públicas da rede de ensino médio e superior o uso de microfone nas aulas ministradas pelos professores.

SEMANA DE APROVAÇÕES

Em reunião conjunta realizada no dia 8, as comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, Trabalho e Serviço Público, Turismo e Meio Ambiente e Segurança Pública apreciaram dezenas de projetos que foram em seguida levados ao Plenário e incluídos na ordem do dia da sessão ordinária.

Incluindo as matérias que já haviam sido aprovadas no dia 7, o Plenário deu sinal verde ao total de 68 projetos em diversas áreas. Entre eles, o Projeto de Lei nº 361/10, do deputado Antônio Aguiar (PMDB), que institui a Semana Estadual de Incentivo e de Valorização dos Doadores de Sangue e de Medula Óssea, a ser comemorada, anualmente, na primeira semana de outubro.

Na área pública, PL 262/10, do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), estende prerrogativas da lei da ficha limpa ao provimento de cargos nos Poderes, e na área de educação, o PL 233/10, do falecido deputado Lício Mauro da Silveira (PP), cria critérios de avaliação da qualidade do Ensino Fundamental em Santa Catarina. Também autorizado o PL 336/10, do deputado Jean Kulhmann (DEM), que institui medidas antipoluentes nos veículos de transporte coletivo.



Reunião conjunta das comissões de Finanças, Trabalho, Serviço Público e Turismo impulsiona tramitação de matérias

JONAS LEMOS CAMPOS

PEDÁGIO

Projeto de Lei 239/09, de autoria do deputado Valmir Comin (PP) assegura a gratuidade aos veículos das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, do poder público municipal e dos estabelecimentos de saúde filantrópicos nas praças de pedágios instaladas nas rodovias do Estado. O benefício será concedido quando ocorrer transporte de pacientes.

MEIO AMBIENTE

O Projeto de Lei nº 285/10, de autoria do deputado Gelson Merisio (DEM), altera o artigo 1º da Lei nº 15.164, de 11 de maio de 2010. A nova redação permite que os reflorestamentos com espécies exóticas, para fins de consumo industrial ou comercialização, incluam o cultivo de espécies frutíferas para beneficiar a avifauna, respeitando a proporção de 5%.

2ª VIA

Projeto de Lei nº 192/09, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), trata sobre a isenção do pagamento de taxa de 2ª via de documentos roubados expedidos por órgãos públicos do Estado. Segundo a autora, a proposta segue o exemplo adotado pelo Rio de Janeiro, que isenta o cidadão de pagar a 2ª via dos documentos públicos emitidos.

VOCAÇÕES

Cinco projetos destacam profissionais. O PL 172/10, do deputado Renato Hinnig (PMDB), institui o Dia do Empreendedor Individual. O PL 342/10, de Onofre Agostini (DEM), cria o Dia do Frentista. O PL 198/10, de Dagomar Carneiro (PDT), o Dia do Socorrista Emergencista. e o PL 227/10, de Angela Albino (PC do B) institui o Dia do Profissional Farmacêutico

DESAPARECIDOS

Da deputada Ana Paula Lima (PT), o Projeto de Lei nº 194/09, institui a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais em Santa Catarina. A proposta determina que na imagem deverá constar nome da criança e o Disque Denúncia 100. O projeto dará uma grande contribuição à sociedade na solução de dramas familiares.

DEMOCRACIA

Do deputado Joares Ponticelli (PP), o Projeto de Lei nº 249/10, que institui o Dia Estadual da Democracia, comemorado no dia 15 de setembro, que coincide com o Dia internacional da Democracia declarado pelas Nações Unidas. Segundo o parlamentar, a educação política, o fortalecimento e a promoção da democracia são as maiores metas da atualidade.

MILITAR

O Projeto de Lei Complementar 54/10, do Executivo, altera o artigo primeiro da Lei Complementar nº 454, de 2009, que institui critérios de valorização profissional para os militares estaduais, reconhece o curso de Direito especificamente para oficiais do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares e qualquer curso universitário de graduação superior.

VOO LIVRE

O Projeto de Lei 107/10, do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), reconhece o município de Tangará como Capital Catarinense do Voo Livre. Localizado no Vale do Rio do Peixe, é o local mais procurado em Santa Catarina para a prática do esporte. O Morro Agudo, com altitude de 1.075 metros, é o ponto preferido pelos praticantes deste esporte.

DEFICIENTES

De autoria do deputado Jailson Lima (PT), o Projeto de Lei nº 4/2010, altera a Lei nº 13.707, de 17 de janeiro de 2006, que determina que a isenção de ICMS na aquisição de automóveis por portadores de deficiências físicas e seus representantes legais somente poderá ser utilizada uma única vez, salvo se o veículo houver sido adquirido há mais de dois anos.

MULHER

O Projeto de Lei nº 248/10, do deputado Valdir Cobalchini (PMDB), institui o programa de atendimento e procedimentos nas Delegacias de Polícia de Santa Catarina para atender mulheres vítimas de violência física, sexual, psicológica ou doméstica. O atendimento deve ser imediato, preferencial e especializado, o que compreende assistência psicológica, extensiva à família da vítima.

PRÓSTATA

O Projeto de Lei 47/08, do deputado Serafim Venzon (PSDB), institui a Semana de Prevenção e Combate ao Câncer de Próstata no Estado de Santa Catarina, que se realizará, anualmente, na primeira semana do mês de agosto. A campanha terá cunho educativo e contará com palestras e esclarecimentos a toda a comunidade sobre a importância do exame preventivo.

RODOVIAS

Com os Projetos de Lei nº 273/10 e 241/10, dos deputados Valdir Cobalchini (PMDB) e Dirceu Dresch (PT), respectivamente, o governo do Estado fica autorizado a estadualizar as estradas que ligam Iomerê e Treze Tílias e de Ipupirim e Xavantina.

As estradas e registram grande fluxo de veículos para o escoamento da produção agrícola.

PINHÃO

O PL 139/10, do deputado Antônio Ceron (DEM), autoriza a colheita do pinhão a partir do dia 1º de abril. O objetivo é antecipar a data sem perder o foco da preservação ambiental. Até então, as regras para a colheita do pinhão eram baseadas na Portaria Normativa de 1976, que determinava o dia 15 de abril como início da safra, considerada tardia pelos produtores.

MUNICÍPIO

O Projeto de Lei nº 482/09, do deputado Kennedy Nunes (PP), autoriza o Executivo a criar o Programa Município Transparente em Santa Catarina. O objetivo é incentivar que os municípios disponibilizem informações de interesse público pela internet, trazendo transparência, sendo uma forma prática da população fiscalizar os atos públicos da administração.

BIBLIOTECÁRIO

Projeto de lei complementar (PLC 39/10) do deputado Pedro Uczai (PT), cria o cargo de bibliotecário escolar dentro do quadro de pessoal do magistério estadual. Com isso, as escolas estaduais deverão contratar o profissional com formação específica. O projeto altera a lei complementar 1.139, de 28 de outubro de 1992, que não contempla a função.

MATERNIDADE

O PL 302/10, do deputado Valdir Cobalchini (PMDB), amplia a licença-maternidade das professoras de caráter temporário de 120 para 180 dias. O PL altera o artigo 12 da Lei 8.391, de 13 de novembro de 1991, em razão da continuidade da amamentação com leite materno.

JORNALISTA

Projeto de Lei nº 63/10, do deputado Kennedy Nunes (PP), estabelece exigências para provimento de cargos de jornalista no âmbito da Administração Pública estadual direta e indireta. A proposta tende a tornar obrigatório o diploma de curso superior para atuar na atividade.

IMÓVEIS

O PL 297/10, do deputado Onofre Santo Agostini (DEM), institui o Cadastro Estadual de Imóveis cedidos pelo Estado de Santa Catarina. A Secretaria de Estado da Administração fica obrigada a publicar o cadastro estadual de imóveis cedidos anualmente.

TROTOS

Projeto de Lei nº 62/10, do deputado Marcos Vieira (PSDB), com a emenda substitutiva global do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), proíbe troles, por parte do corpo discente de estabelecimentos públicos estaduais e privados, na recepção a novos alunos.

TRÂNSITO

Projeto de Lei nº 362/08, do deputado Reno Caramori (PP), revoga dispositivos da Lei nº 13.721, que autoriza o Executivo a delegar serviços no trânsito. A proposta retira a obrigatoriedade em registrar em cartório os contratos de alienação fiduciária antes do Detran.

PLENÁRIO APROVA PPA COM 63 EMENDAS

Plano Plurianual para 2011 ganha inclusão de obras de infraestrutura como a Ferrosul e melhorias na rede hospitalar

QUARTA PONTE NA CAPITAL

Entre as emendas parlamentares não acatadas pelo relator da matéria, 45 foram apresentadas como destaque na sessão ordinária e votadas em bloco no Plenário. Todas as emendas parlamentares destacadas foram aprovadas por maioria, inclusive a que prevê a construção da quarta ponte, ligando a Ilha de Santa Catarina ao Estreito, em Florianópolis.

A emenda nº 05, que destina R\$ 13 milhões para a comunidade de Areia Branca, no município de Timbé do Sul, para implantação da Barragem do Rio do Salto foi uma das que recebeu maior apoio dos parlamentares. Conforme explicou a autora, deputada Ada Faraco de Luca (PMDB), restam 53 famílias a serem indenizadas para viabilizar essa obra, que já tem recursos do governo federal assegurados no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. A parlamentar apresentou também a emenda nº 04 para construção do anel viário de Criciúma.

O deputado Kennedy Nunes (PP) apresentou a emenda 76, para implantação de quatro elevados em Joinville no valor estimado de R\$ 7 milhões. Das dez emendas (dos números 58 a 66 e a nº 74), apresentadas pelo gabinete do deputado Joares Ponticelli (PP), seis foram votadas para melhoria do sistema viário estadual, construção de acessos, pontes e viadutos. As demais incluíram implementação de programas educacionais e

outros. O deputado Valmir Comin (PP) teve oito emendas aprovadas (87, 88, 89, 90, 91, 92, 94 e 95) para infraestrutura viária e uma para a área da Saúde.

Três emendas do deputado Sílvio Dreveck (PP) foram aprovadas (12, 13, 14), além de cinco da bancada do PP (10, 11, 67, 68 e 69). Entre as do PP, a nº 11 se destaca por incluir o projeto de viabilidade da quarta ponte em Florianópolis. O objetivo é desafogar o trânsito das pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Machado Salles por onde trafegam cerca de 160 mil veículos por dia. Já a emenda 67 prevê a expansão da Universidade do Estado para a região de Caçador, teor que coincide com a emenda 84, também aprovada, do deputado Valdir Cobalchini (PMDB). O peemedebista ainda conseguiu aprovar a emenda 86 para a construção do Hospital Regional de Caçador.

Darci de Matos (DEM) contou com a aprovação da emenda 16 para programas de bolsa de estudo para o ensino profissionalizante. Ampliação e aquisição do Hospital Pequeno Anjo de Itajaí e recursos para sua manutenção foram os temas das emendas 78 e 93, do deputado Dado Cherem (PSDB), além da emenda 85 para apoio ao sistema viário de Camboriú, Navegantes, Porto Belo e Penha. A bancada do PT conseguiu aprovar dez emendas para setores como agricultura, saúde, atendimento da mulher e à criança, entre outras.



Deputados conseguem incluir 45 emendas de iniciativa parlamentar no Plano Plurianual

ROSSANA ESPEZIN

Na sessão ordinária do dia 8, uma das matérias mais importantes da pauta de votações foi o Projeto de Lei 329/10, do Executivo, que aprova a revisão do Plano Plurianual de 2008-2011 para o exercício de 2011, com a inclusão de 63 emendas.

O PPA estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública por quatro anos. O Poder Legislativo tem a missão de aprovar o plano para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato governamental subsequente.

O projeto foi aprovado por unanimidade, com a inclusão de 18 emendas acatadas pelo relator, deputado Marcos Vieira (PSDB). Além destas,

45 proposições inicialmente rejeitadas foram aprovadas em Plenário, contemplando desde recursos para infraestrutura até para políticas públicas de saúde e educação. A ampliação e recuperação da malha viária e a melhoria da trafegabilidade nas várias regiões foram temas da maioria das emendas.

As 18 emendas que já chegaram aprovadas ao Plenário contemplam fomento às atividades esportivas e de ensino, construção de moradias urbanas (Cohab), meio ambiente, infraestrutura viária e até mesmo para projeto, implantação e supervisão de obras do metrô de superfície da Grande Florianópolis.

Como parte da emenda 118, está a reivindicação apresentada pelo deputado estadual Pedro Uczai (PT) que destina pelo menos

R\$ 5 milhões para investimentos na Ferrovia da Integração do Sul (Ferrosul), que será executada em colaboração com os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

De caráter público e estatal, a empresa irá planejar, construir, operar, administrar e explorar comercialmente trechos ferroviários para o transporte de cargas e passageiros.

A construção do Hospital Regional Santa Terezinha, em Braço do Norte, a ampliação e reforma do pronto socorro do Hospital Regional de Araranguá, manutenção do Hospital Materno Infantil Santa Catarina, de Criciúma, e do Hospital Caridade, de Florianópolis, foram outros quesitos apontados pelos parlamentares na área da saúde.

SINAL VERDE PARA A CRIAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 47, que institui nove regiões metropolitanas em Santa Catarina, foi aprovado no dia 8. De origem do Executivo, a proposta altera dispositivos da Lei Complementar nº 495, de 2010, que instituiu as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão.

A nova proposta adicionou mais duas regiões: Alto Vale do

Itajaí e Chapecó. O projeto segue agora para apreciação do governador do Estado.

As regiões catarinenses serão compostas por um Núcleo Metropolitano e uma área de expansão metropolitana, tendo como sede, os municípios de Florianópolis, Blumenau, Rio do Sul, Joinville, Lages, Itajaí, Criciúma, Tubarão e Chapecó. O Núcleo Metropolitano do Alto Vale do Itajaí será integrado por Rio do Sul, Taió, Ibirama e Ituporanga. A sua área de expansão

abrange Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Imbuia, José Boiteaux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Salte, Santa Terezinha, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum.

A área de expansão metropolitana da região Norte/Nordeste engloba Balneário de Barra do Sul,

Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Corupá, Garuva, Guaramirim, Irineópolis, Itaiópolis, Itapoá, Jaraguá do Sul, Mafra, Major Vieira, Massaranduba, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú, Schroeder e Três Barras.

O Núcleo Metropolitano da Região de Chapecó será formado pelos municípios de Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Chapecó,

Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Paial, Pinhalzinho, Planalto Alegre, São Carlos, Saudades, Seara, Xanxerê e Xaxim. A expansão poderá se dar com a anexação dos municípios de Caxambu do Sul, Cunhataí, Faxinal dos Guedes, Itá, Marema, Palmitos, Quilombo, Serra Alta, Sul Brasil, União do Oeste e Xavantina. Os municípios criados em decorrência dos desmembramentos continuarão a fazer parte dessas regiões. (Rossana Espeszin)

BÊNÇÃO ECUMÊNICA DE NATAL NO PARLAMENTO

Ato de fé tem apresentação de Coral da Assembleia, do Coral Novo Amanhecer e da Orquestra Sinfônica de SC



MIRIAM ZOMER

Sob a regência do maestro José Nilo Valle, a Orquestra Sinfônica de Santa Catarina (Ossca) faz uma apresentação especial no hall do Palácio Barriga Verde

Servidores, visitantes e músicos acompanharam, dia 7, a bênção ecumênica da Assembleia Legislativa, conduzida pelo padre André Gonzaga. O ato de fé, no hall do Palácio Barriga Verde, desdobrou-se em espetáculo de música com a participação do Coral da Assembleia Legislativa, regido por Reginaldo Osvaldo da Silva, e do Coral Novo Amanhecer, regido por William Farias e composto por 60 alunos da rede municipal de São José, na Grande Florianópolis.

Em comemoração ao Natal,

a Orquestra Sinfônica de Santa Catarina (Ossca) fez uma apresentação especial sob a regência do maestro José Nilo Valle. O repertório contagiou o público e acabou em grande estilo com o cantor Giancarlo Dall'Orsoletta e o acordeonista Paulo Zago que, juntos, reviveram as tradições da Serra Catarinense.

O evento foi aberto pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), representante do presidente da Casa, deputado Gelson Merisio (DEM), que enalteceu os pontos positivos de 2010 e pediu que o ano se encerre

com sentimento de gratidão entre os servidores do Legislativo.

Depois da bênção, apresentaram-se os dois corais, seguidos da orquestra catarinense com repertório eclético. Mais de 80 músicos participaram da apresentação da Ossca. O destaque ficou por conta do dueto improvisado composto pelos maestros José Nilo Valle e Willian Farias para a regência de uma peça lírica interpretada pela Ossca.

A apresentação comoveu os visitantes. Juliano Duarte Capos, que frequenta a Assembleia a trabalho,

declarou ter tido “uma impressão muito boa” ao entrar no edifício e deparar-se com uma “cena inusitada, e que deveria ser repetida mais vezes durante o ano”.

Édio dos Santos, servidor do Legislativo, sugeriu que outros grupos musicais fossem recebidos na sede do Legislativo, em datas variadas. O jornalista Jurandir Siqueira não perdeu tempo e mandou uma mensagem via twitter: “Uma pausa para as sessões. A Orquestra Sinfônica de Santa Catarina encanta o público na Assembleia”.

LEGISLATIVO PARTICIPA DO PROJETO PAPAI NOEL 2010

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por intermédio dos seus servidores, está participando do projeto “Papai Noel 2010”, dos Correios, e vai proporcionar a alegria a 105 crianças, estudantes de 16 escolas da Grande Florianópolis.

Considerada uma das maiores campanhas sociais do país, com mais de 20 anos de tradição, a ação visa proporcionar às crianças a magia do Natal.

Realizado em todas as 28 Diretorias Regionais dos Correios, o projeto é uma ação corporativa que proporciona o envio de carta-resposta às crianças que escrevem Estudantes de 16 escolas da Grande

ao Papai Noel.

Este ano uma parceria com as escolas públicas, creches e abrigos está proporcionando que as crianças em situação de vulnerabilidade social tenham um Natal mais colorido.

De acordo com os organizadores dos Correios, a campanha alinha-se a um dos objetivos do milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), denominado “Educação básica de qualidade para todos”.

Além de estimular a redação de cartas manuscritas pelas crianças, a iniciativa incentiva a prática do voluntariado dentro e fora da empresa estimulando a solidariedade

ESCOLAS PARTICIPANTES

Integram o projeto Papai Noel 2010 as seguintes instituições: Escola Desdobrada Marcolino José Lima; Escola Básica Municipal Professor Anísio Teixeira; Escola Básica Municipal Albertina Madalena Dias; Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito; Escola Básica Municipal Antonio Apostolo; Colégio Estadual M. Morar Bem; Escola Estadual Básica Americo Vespúcio.

Prates; Escola Estadual Básica Lauro Muller; Escola Adotiva Liberato Valentim; Escola Desdobrada Lupércio Belarmino Silva; Escola Básica Municipal Vitor Miguel de Souza; Escola Básica Municipal Donícia Maria da Costa; Escola Básica Municipal Osvaldo Machado; Escola Básica Celso Ramos; Colégio Estadual Maria Pereira Furtado; Escola Básica Gentil Mathias da Silva.



CARLOS KILIAN